

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

SESSÃO NÚMERO 04 DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

-----Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nos números 1 e 2, do artigo 40.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Eram dez horas e trinta minutos quando, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Leitura e apreciação do expediente.**-----

-----Foi dado a conhecer o diverso expediente recebido.-----

-----**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----Neste ponto, intervieram os Senhores:-----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Pepim:** Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, em que fase se encontra a ETAR principal da freguesia de Pepim, pois tem havido várias pessoas a reconstruir as suas habitações no meio das aldeias, que não têm onde ligar o saneamento. Seguidamente, refere-se ao mau estado em que se encontram algumas das estradas camarárias na freguesia, dizendo que, qualquer dia, não se consegue transitar nelas. Refere-se, também, à obra na zona da Igreja, na Rua de S. José, dizendo que houve desvios de águas pluviais, tendo chamado a atenção da Câmara Municipal para essa situação e, até hoje, não obteve resposta. Já houve várias inundações com as chuvas recentes e o inverno está à porta.-----

-----**Margarida Helena S. M. Mano Guimarães:** Pergunta ao Senhor Presidente, qual tem sido o papel da autarquia, na resolução do serviço de atendimento para além das 20:00 horas, que tem estado encerrado, algumas vezes, por falta de enfermeiro. Refere, também, que gostaria de saber se a Câmara foi chamada a colaborar. Se foi, quais foram as diligências tomadas no sentido de solucionar o problema.-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira:** Refere que solicitou ao Senhor Presidente, que lhes desse a conhecer a efetiva despesa na totalidade, direta e indireta, com o projeto de geminação com



Zermatt. Até hoje, não obtive resposta. Pede, também, que os informe sobre as despesas relacionadas com a Festa das Colheitas. Pede, ainda, um esclarecimento referente à comunicação social de Castro Daire – o Jornal “Notícias de Castro Daire” e Rádio Limite. Refere que gostaria de saber quais são as receitas provenientes para estes dois órgãos, diretas e indiretas. Sugere que fosse feita uma fusão entre o Jornal “Notícias de Castro Daire” e a Revista Municipal, uma vez que o critério político é o mesmo. Acredita que não tenha importância nenhuma para Castro Daire, eleger um deputado, e que algumas pessoas pensem dessa forma. Sabe que há pessoas que se preocupam muito com o Município do que com o partido, pelo qual, dão a cara. Também há pessoas que votam como se tratasse de um clube. Diz, ainda, que como todos já devem ter conhecimento, é candidato pela Coligação. E, em sua opinião, tem importância o Município ter alguém que é capaz de fazer elevar o nome Castro Daire, ou pelo menos, fazer falar em Castro Daire, quando é necessário tomar alguma decisão. O que tenta trazer à discussão, tem a ver, acima de tudo, com o interesse do nosso concelho. Antes desta governação, houve, no último governo em que o PSD foi governo, o projeto de ligação entre Viseu e Coimbra, que estava na fase de lançamento do concurso. E esse projeto, entretanto, entrou outro Governo, caiu e até hoje, não temos essa ligação. Neste momento, há a possibilidade de essa ligação ser feita. Há outra medida, que neste momento, está a ser desenvolvida, e que tem a ver com a requalificação de escolas. A Escola Secundária precisa de ser requalificada. Visitou a Escola Emídio Navarro, em Viseu, e é uma obra de doze milhões, inicialmente, mas como o pagamento é de seiscentos mil euros anuais, durante trinta anos, é uma obra de 18 milhões, e é um problema enorme e uma despesa grande. Neste momento, vários municípios estão a ser contemplados com verbas em cerca de um milhão. Se tivesse esse valor para requalificar a Escola Secundária, punha-a em excelente estado. Ora, se tivermos um deputado na Assembleia da República, se calhar, conseguiríamos concretizar esse objetivo.-----

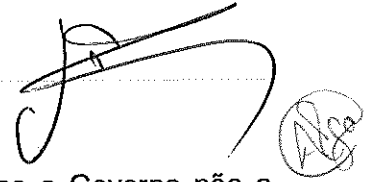
-----**Presidente da Junta de Freguesia de Cabril:** Refere que, há cerca de quatro, cinco anos, pediu à Câmara para requalificar as minas, onde iriam ser feitos os passadiços. O Arquiteto Pedro Salvador foi ao local, deu início ao projeto. Gostava de saber em que ponto se encontra esse projeto. Os passadiços, feitos pela Câmara de Arouca, atraíam muita gente para os visitar – cerca de 4.000 pessoas –, com exceção de agora, porque arderam. O Município tem de abandonar a ideia de que o desenvolvimento turístico tem que partir das Termas do Carvalhal. Elas são fundamentais, mas o turismo tem que ter Paiva e o Montemuro. Pede ao Senhor Presidente que não deixe cair esse projeto, que lhe dê força e que vá com ele para a frente. O projeto tem o décimo de dispêndio que teve o de Arouca, e poderá ter o mesmo impacto, ou até superior, porque a zona é muito mais atrativa. Seguidamente, informa que há alguns dias, uma miúda foi falar com ele e lhe disse que, se



calhar, teria que deixar de estudar porque vai para o décimo ano e não tem possibilidades de pagar o passe. Na sua opinião, é um contra senso, pois se o ensino é obrigatório até ao décimo segundo ano, porque é que os transportes não hão-de ser obrigatórios. Quanto à Festa das colheitas, refere que, se há um concurso de gado de raça arouquesa, também devia haver na Festa, um restaurante a fornecer as refeições com carne arouquesa, o que não havia. Seguidamente, dirige-se ao Professor António Luís F. Ferreira, dizendo que não sabia que o Jornal "Noticias de Castro Daire" e a Rádio Limite eram da Câmara Municipal. Sobre a importância de o Município de Castro Daire ter um deputado na Assembleia da República, refere que Castro Daire já teve, pelo menos, dois deputados na Assembleia da República. Teve um do PS e outro do PSD. Por último, pergunta ao Professor António Luís F. Ferreira, se na Assembleia da República aparecesse um projeto que iria ser votado e, indiretamente, ele ia ser muito lesivo para o Município de Castro Daire, estando o Professor António Luís obrigado à disciplina de voto, Como é que votava, a favor de Castro Daire ou a favor do partido.-----

-----**Constantino Duarte Silva:** Refere que neste verão, foram solicitadas aos Mordomos/Comissões das Festas, mas ainda não foram aplicadas, as taxas e licenças cobradas pela Câmara Municipal, para a ocupação da via pública. Refere que, em sua opinião, esta situação não tem lógica. Os Mordomos e as Comissões de Festa, que passam a maior parte do ano a angariar fundos para realizarem o melhor que podem e o melhor que sabem, eventos festivos, espetáculos, para agradarem às pessoas da sua terra, quando vão tirar as taxas e licenças da ocupação da via pública, levam "com uma ripa em cima". Não tem sentido nenhum. Se as Juntas de Freguesia tivessem espaços, como a Câmara tem no Parque Urbano, em que pode colocar lá, qualquer conjunto com o seu instrumental todo, mas não, as Freguesias têm espaços mais pequenos, e por isso, têm que ocupar a via pública. Termina, pedindo a atenção de todos, Presidentes de Junta e Membros da Assembleia, para que, quando vier à Assembleia Municipal, a nova aprovação das taxas e licenças, se tivesse em conta esta situação.-----

-----**Joana Raquel Guerra do Couto Seivas:** Refere que, uma das últimas grandes lutas que teve Castro Daire, a Assembleia e o Município, foi o encerramento do Tribunal. Conseguiram manter um balcão de atendimento, em extensão, que não é mais do que um balcão de atendimento, onde, às vezes, se fazem vídeo-conferências para os julgamentos. A Ordem dos Advogados continua a enviar ofícios à Senhora Ministra da Justiça, pedindo que se volte a abrir o Tribunal. Pelo menos, tentar que volte a ser um Tribunal de competência especializada. Em sua opinião, o maior erro, talvez, do anterior Governo, entre muitos, foi o encerramento do Tribunal. Pergunta ao Professor António Luís F. Ferreira, dizendo que ele fala da necessidade, ou da talvez, importância de ter um



castrense na Assembleia da República, se isso teria mudado alguma coisa, se o Governo põe a hipótese de mudar alguma coisa.-----

-----**António Luís Fernandes Ferreira:** Sobre o Jornal e à Rádio, refere que não disse que a Rádio e o Jornal pertenciam à Câmara. O que disse, e que questionava o critério, é que neste momento, o Jornal de Castro Daire dá as mesmas informações que dá a Revista Municipal. Sobre a questão colocada pelo Presidente da Junta de de Freguesia de Cabril, sobre disciplina partidária, refere que fosse António Costa, diria: votava contra. Mas como não é irresponsável, ou tenta não sê-lo, não pode responder sobre algo que não conhece. Até porque tem que se ter a noção de que muitas vezes existem valores de âmbito nacional que são mais importantes do que o interesse de um concelho. O problema é quando não se lembram de nós. Mas se visse que não se sobrepunha ao interesse nacional e que o que se destacava era o lesado dos interesses do Município, naturalmente que os seus colegas de bancada, perceberiam que não iria votar a favor. Além de que não vota às escuras, tem que conhecer as coisas para ponderar, para refletir sobre elas. Sobre a questão colocada pela Dr.^a Joana Sevivas, o grau de importância, cada um dá o seu, e temos que respeitar. É natural que ache que o maior erro foi o encerramento do Tribunal. Em sua opinião, foi o encerramento do Centro de Saúde, durante o governo do Partido Socialista. O encerramento de escolas foi a medida mais profunda que foi tomada. Em relação ao Tribunal, é claro que tem importância. Todos gostariam de ter o Tribunal a funcionar em pleno. O Partido Socialista negociou com a TROIKA, e estava no Memorando de Entendimento, o encerramento completo de muitos mais Tribunais do que os que foram encerrados. Conseguiu-se manter algumas secções de proximidade, não é o melhor, mas é o possível. Também estava no Memorando de Entendimento, o encerramento de um número elevadíssimo de Serviços de Finanças. Pergunta, o que é que faz mais falta, o tribunal ou às Finanças? Em sua opinião, é incomparável, mas respeita as opiniões diferentes. Sobre qual seria a sua posição posição, seria a que foi pelos deputados do PSD pelo círculo de Viseu, contra. Termina, dizendo que o grande problema é, muitas vezes, sermos esquecidos e não as medidas tomadas. Assim, teríamos a possibilidade de não sermos esquecidos.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sobre a ETAR de Pepim, refere que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pepim sabe o que se passa com a ETAR. Em relação à questão colocada pela Dr.^a Margarida Mano Guimarães, informa que o Município não tem enfermeiro. Por esse motivo, vem, hoje, à Assembleia Municipal, o pedido de autorização para ir a concurso. Em relação ao Professor António Luís F. Ferreira, quando esteve cá o Presidente da Comuna de Zermatt e sua comitiva, eles pagaram as despesas da estadia deles. O Município fez a receção oficial e pagou as despesas oficiais. O Município foi a Zermatt e a despesa foi paga pela Câmara de Zermatt. Quanto à

comunicação social, o município não dá algum apoio financeiro ao Jornal "Notícias de Castro Daire". Apenas lhe paga a assinatura do Jornal. Quanto à Rádio Limite, apenas houve um protocolo no princípio. Sobre a importância de termos um deputado Castrense na Assembleia da República, Castro Daire já teve alguns deputados, um do PS e dois do PSD. É sempre bom termos representatividade na Assembleia da República.-----

-----Em seguida, o Senhor Presidente da Câmara, dá a palavra ao **Senhor Vice-Presidente**, para falar sobre a Festa das Colheitas. O **Senhor Vice-Presidente** refere que os custos inerentes foram em de cerca de 90.000,00€. Houve a necessidade de dar um passo qualitativo, como por exemplo, dar melhores condições aos restaurantes, apresentar um cartaz mais apelativo e caracterizar o espaço de uma outra forma. A situação económica e financeira do município, assim o permitiu. A Festa foi um êxito e que permitiu que muitas pessoas viessem a Castro Daire. A Festa das Colheitas, ou estagnava, ou, então, haveria a necessidade de se dar este passo qualitativo. É uma festa dirigida aos agricultores, e é em Castro Daire que se realiza o maior concurso de bovinos de raça arouquesa. O Município criou um incentivo a todos os criadores de bovinos de raça arouquesa, sendo este concelho, um dos que possui mais criadores. Relativamente às refeições oferecidas, o Município ofereceu o almoço aos agricultores que participaram com o gado no concurso de bovinos de raça arouquesa. Termina, dizendo que o custo com a Festa, não deverá ser considerado, pura e simplesmente, um custo, mas, também, um investimento, pois trouxe, a Castro Daire, muita gente que não pertence a este Município. No cômputo geral, o balanço da Festa das Colheitas foi positivo.-

-----**ORDEM DO DIA:**-----

Ponto 01 - Leitura, apreciação e votação da ata da sessão anterior.-----

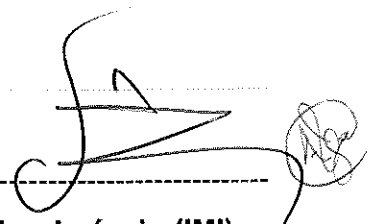
-----Sobre este ponto, interveio o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabril** para dizer ao Professor António Luís Fernandes Ferreira que, em outras eleições, também ele, votou no Professor António Luís Ferreira.-----

-----Seguidamente, refere-se a uma Munícipe da freguesia de Cabril que se dirigiu à Câmara Municipal, para falar acerca do passe escolar, dizendo que esta Senhora era viúva e que, provavelmente, recebia uma reforma de cerca de 250,00€.-----

-----Diz, ainda, que há dias descobriu uma maravilha de Castro Daire que lhe era desconhecida. Situa-se entre cabril e Parada, ficando abaixo de Sobreda. Uma queda de água com cerca de 20 metros de altura.-----

-----**Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado, por maioria, com 4 abstenções.**-----

-----Abstiveram-se os Senhores Membros da Assembleia João Cândido da Silva Henrique, Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira, Augusto Rodrigues Silva Andrade e o Presidente da Junta de Freguesia de Castro Daire.-----



Ponto 02 - Análise, discussão e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que se refere a alínea c) do número 1 e para efeitos do número 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação última dada pela lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro - LOE 2014 - e da alínea d) do número 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aplicar no ano de 2016, proposto pela Câmara Municipal, no seguinte valor:

● **Prédios Urbanos: 0,3%.**

Sobre este ponto, intervieram os Senhores Membros:

João Cândido da Silva Henrique: Chama a atenção para um tema bastante importante, que decorreu, ou está a decorrer, que é a questão do zonamento. Refere que há oito anos, ou mais, que não é mexido no zonamento em Castro Daire. Por exemplo, se existir um casa com a mesma área em dois concelhos diferentes, por exemplo, Castro Daire e Tarouca, a casa que se situava em Castro Daire pagava 100 e a que se situava em Tarouca pagava 50. Isto deve-se a falha no zonamento. Termina, perguntando ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente, se, eventualmente, já viram o zonamento em Castro Daire, porque é muito importante. Se o zonamento for elevado, os munícipes pagam muito, se o zonamento for mais baixo, os munícipes pagam muitos menos.

Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas: Refere que, quando disse "anterior Governo", queria dizer o atual Governo. E que, quando diz que foi o maior erro, o maior erro, no seu ponto de vista, que afetou Castro Daire, e não a nível nacional. Quando refere que ainda não desistiu, é porque, ainda, há hipótese de se ter o Tribunal em Castro Daire, pois tem-se conseguido manter as comunicações com a atual Ministra da Justiça, para transformar o que neste momento é um balcão de atendimento, num Tribunal de Competência Especializada.

António Luís Fernandes Ferreira: No que respeita ao que a Dr.^a Joana Sevivas disse, refere que ficou percebido, e que terá, ali, um aliado nessa luta. Em relação ao Presidente da Junta de Cabril, disse-lhe que percebeu o que ele queria dizer. O que quis dizer em relação à Rádio Limite, foi, em termos de informação, saber sobre os apoios que lhe são dados. Quanto ao passadiço, hoje está na moda, e seria muito bom o Município de Castro Daire ter, também, passadiços, pois teríamos muitas pessoas a visitar o concelho.

Presidente da Câmara Municipal: Refere que o Município pratica taxa mínima – 0,3%. Seguidamente, dá a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à questão sobre o zonamento, colocada pelo Sr. João Cândido da Silva Henrique, refere que ela está a ser trabalhada pelo Chefe da DPUOT. Quanto ao ponto 2, e de acordo com a Lei vigente, a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis pode variar entre o 0,3 e o 0,5, e nesta situação, a Câmara Municipal de Castro Daire propôs à Assembleia a taxa mínima possível - 0,3%. Sobre o ponto 3, refere que a Câmara Municipal pretende reduzir a taxa do IMI, que incide sobre os imóveis destinados a habitação própria permanente dos residentes no Concelho de Castro Daire, que coincide com o domicílio fiscal, em função, também, do número de dependentes. Esta medida irá beneficiar cerca de 1.078 agregados familiares, tendo esta medida, um impacto de poupança para os mesmos, de aproximadamente, 134.000 euros.

Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 03 - Análise, discussão e votação, nos termos do número 13 do artigo 112.º do CIMI, aditado pelo artigo 213.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - LOE 2015 - da fixação da redução da taxa do IML, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes	Redução de taxa
1	10%
2	15%
3	20%

Sobre este ponto, intervieram os Senhores:

Presidente da Junta de Freguesia de S. Joaninho: Sobre este ponto, refere que há uma redução do IML para os agregados familiares que tenham filhos, mas o ofício circular n.º 40.110/2015, já foi revogado pela Circular n.º 9/2015. A Circular diz mais ou menos o que diz o ofício, só que agora é da competência da Autoridade Tributária e Aduaneira. Primeiro as pessoas que tivessem um filho ou mais, teriam que requerer a redução de taxa, e agora é automática. Basta a deliberação do município a aprovar a redução de taxa e ela é feita automaticamente.

António Luís Fernandes Ferreira: Relativamente a este ponto, refere que é uma medida da administração central, a que a autarquia aderiu. Relativamente ao ponto anterior, é uma opção da autarquia manter a taxa do IML sobre prédios urbanos no valor mínimo, também, mas é uma iniciativa exclusiva do Executivo.

Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 04 - Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais -, conjugado com a alínea c) do número 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da fixação em 5% da variável do IRS, aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 27 do pretérito mês de agosto.

Sobre este ponto, intervieram os Senhores:

João Cândido da Silva Henrique: Sugere que a Câmara reduza a taxa de 5% da variável do IRS para 2017.

O Senhor Presidente da Câmara dá a palavra ao Senhor Vice-Presidente. O **Senhor Vice-Presidente** refere que é uma questão de se analisar o impacto orçamental que a medida poderá vir a ter.

Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 05 - Tomar conhecimento, nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da informação, elaborada pelo Auditor Externo, sobre a situação económica e financeira do município referente ao primeiro semestre de 2015.

Sobre este ponto, intervieram os Senhores:

Paulo Martins de Almeida: Sobre o relatório apresentado, refere que o mesmo faz referência ao primeiro semestre de 2015, e houve duas rubricas que lhe chamaram a atenção. No primeiro semestre, há 209.807 euros de custos com pessoal a mais, pelo que gostava de perceber o que é

que representa. Depois, com mais pessoas, teoricamente, está-se a gastar menos em consumíveis, o que não lhe parece coerente. Está-se a gastar menos 200.000 euros do que no ano passado. Verificou, com alguma satisfação, que as “transferências” para as Freguesias concedidas pela Câmara estão a aumentar. A Câmara voltou a apoiar as Juntas de Freguesia, o que é um reconhecimento que deve ser feito.-----

-----O Senhor Presidente dá a palavra ao Senhor Vice-Presidente: O **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal** refere que, relativamente à informação sobre a situação económico-financeira em relação ao primeiro semestre de 2015, foi feita uma análise relativa às variações ocorridas nas principais rubricas de balanço. Foi elaborado um balanço reportado a 30/06/2015 e foram feitas as comparações com os elementos de balanço referentes a 31/12/2014, que permitiu analisar as variações ocorridas. De salientar que foi feita, também, uma análise às variações ocorridas nas principais rubricas da demonstração de resultados. Foi elaborada uma demonstração de resultados à data de 30/06/2015 e os correspondentes valores homólogos a 30/06/2014. Acresce referir, também, que foi feita uma análise à execução orçamental das receitas correntes, das receitas de capital, das despesas correntes e das despesas de capital e também do Plano Plurianual de Investimento. Em conclusão, também ficou claro que, relativamente ao trabalho que foi efetuado pelos Auditores Externos, nada chegou ao conhecimento dos respetivos Auditores, que possa por em causa a razoabilidade dos valores em causa. Relativamente ao acréscimo dos custos com o pessoal referidos pelo Dr. Paulo Almeida, informa que foi reposta uma percentagem salarial aos trabalhadores do município. Foram feitos alguns acertos salariais e foram feitas algumas reposições salariais.-----

-----**A Assembleia Municipal toma conhecimento.**-----

Ponto 06 – Pedido de autorização, nos termos do número 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - LOE 2015 – para recrutamento, a termo resolutivo certo, de ATÉ 8 (oito) assistentes operacionais (auxiliares de ação educativa), no âmbito da reserva de recrutamento a que se refere o artigo 40.º, número 2, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação, de acordo com a autorização concedida pela deliberação tomada na sessão ordinária de 30 de abril de 2015 da Assembleia Municipal (ponto 07) e a que se refere o procedimento concursal, publicado no D.R., 2.ª Série, n.º 123, de 26 de junho de 2015, aviso n.º 7137/2015.----

-----Sobre este ponto, interveio o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para referir que o bem-estar e a segurança dos alunos, é uma coisa que preocupa muito a Câmara. Houve necessidade de reforçar com mais estas oito vagas, para que tudo corra normalmente, para que os objetivos escolares, sejam atingidos no final do anos letivo.-----

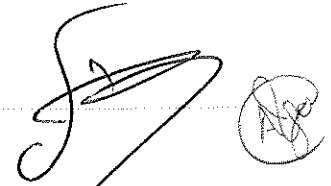
-----**Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**-----

Ponto 07 - Pedido de autorização, nos termos do disposto no número 2 do artigo 64.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro - LOE -, para abertura de procedimento concursal para:-----

a) Divisão dos Serviços Municipais Integrados - Saúde - ATÉ 1 Técnico Superior (Enfermeiro), a contrato por tempo indeterminado;-----

b) Unidade dos Serviços Integrados da Presidência - ATÉ 1 Técnico Superior (Jurista), a contrato por tempo indeterminado.-----

-----Sobre este ponto, intervieram os Senhores:-----



-----**Presidente da Câmara Municipal:** Para referir que, em relação ao Técnico Superior Enfermeiro, desde setembro de 2012, que o Município tem uma avença com uma Enfermeira e há a necessidade urgente de se ter um/a enfermeiro/a no quadro. Quanto à Técnica Superior Jurista, o Júri que estava nomeado para o outro concurso, deixou ultrapassar os prazos, pelo que teve que ser anulado. Há a necessidade urgente de se ter um/a Jurista no Município a tempo inteiro. -----

-----**José Manuel Carneiro Pereira:** Pergunta ao Senhor Presidente, porque é que na Ordem de Trabalhos vem um Técnico Superior Jurista a integrar os Serviços da Presidência e da Enfermagem, não vem. Na convocatória diz 1 enfermeiro, mas não diz a que unidade é afetado. Quanto ao Jurista, refere que na sessão de 13/06/2014, nesta Assembleia, foi aprovado o recrutamento de um Jurista a contrato a termo certo. Pergunta ao Senhor Presidente se o/a Jurista a termo certo trabalha menos do que a termo indeterminado, se não tem que trabalhar oito horas por dia, sendo que a tempo indeterminado, é obrigado a fazer essas horas. Por último, refere que, quando o Senhor Presidente da Assembleia chamou a atenção da Assembleia de que se tinha ultrapassado o tempo do Período antes da Ordem do Dia, houve um pequeno tumulto. Lembra que o Regimento é muito claro e diz que não se pode ultrapassar uma hora, pelo que o Senhor Presidente da Mesa atuou bem, pois já tinha dado 20 minutos de tolerância às pessoas que intervieram. O Regimento refere, ainda, que a Mesa tem o privilégio para distribuir os tempos por todos aqueles que se inscrevem e pelas respostas dadas se houver perguntas a fazer.-----

-----**João Cândido da Silva Henrique:** Refere que concorda com o Sr. José Manuel Carneiro Pereira, quando refere que, ultrapassada uma hora, se deve ter atenção. Mas, também, tudo o que foi dito, foi importante. O que não concorda é que, há uma pessoa que refere ao Prof. António Luís qualquer coisa, mas a seguir o Professor António Luís não pode responder, porquê. Continua, dizendo que, ainda, estamos numa situação que é democrática, senão, se deveria rever o regulamento, e dizer: "Meus Senhores, há uma hora: x para aqui, x para aqui, e x para aqui. Quem utilizar, utilizou; quem não utilizar, não utilizou". Em sua opinião, é uma falta de respeito que não se deixe as pessoas retorquir.-----

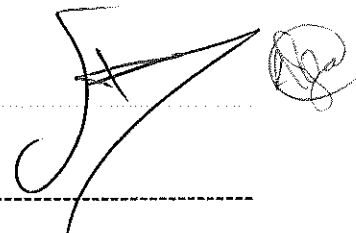
-----**Presidente da Assembleia Municipal:** Refere que a Mesa prima por ser democrática e por tratar toda a gente como deve ser. Dá mais tempo, quando os assuntos que estão a ser falados merecem a atenção da Assembleia, são assuntos importantes. Mas quando se está a falar de coisas, como foi o caso da resposta dada. Era um assunto somenos. A Mesa entendeu que já se tinha dado o assunto por encerrado. A Mesa é democrática e não pode deixar andar as coisas em desordem, tem que organizar os trabalhos e dirigi-los e é da responsabilidade da Mesa fazer isso.-----

-----**João Cândido da Silva Henrique:** Pergunta a que resposta o Presidente da Assembleia se está a referir.-----

-----**Presidente da Assembleia Municipal:** Refere que se estava a referir à resposta do Senhor Professor. Em primeiro lugar, já estava encerrado. Por isso, não lhe deu a palavra. Em segundo lugar, veio a se verificar que era um assunto que, em seu entender, não era muito importante.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Refere que, de facto, o Sr. José Manuel Carneiro Pereira tem razão, porque, na alínea a), deveria indicar a Divisão do Serviço de Saúde. Está adstrito à Divisão dos Serviços Municipais Integrados e devia constar no Ponto, pelo que pede que na redação da ata, conste **Divisão dos Serviços Municipais Integrados - Saúde - ATÉ 1 Técnico Superior (Enfermeiro), a contrato por tempo indeterminado.**-----

-----**Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra do Senhor Membro José Manuel Carneiro Pereira.**-----



Ponto 08 – Aprovação da substituição, nos termos do número 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2010, de 29/08, da Técnica Superior de Direito da Câmara Municipal de Vouzela – Dr.ª Fernanda Maria Monteiro Nunes Leal Marques, pelo Chefe da Divisão de Obras da Câmara Municipal de Oliveira de Frades – Eng.º José Paulo Monteiro Loureiro, como suplente do Júri do Procedimento Concursal para Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 19 de junho de 2015.

-----Sobre este ponto, intervieram os Senhores:-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Informa que a Sr.ª Dr.ª Fernanda Maria Monteiro Nunes Leal Marques, Jurista na Câmara Municipal de Vouzela, pediu licença sem vencimento por tempo indeterminado e ao mesmo tempo, também pediu dispensa e renunciou ao lugar que tinha. Nesta conformidade, teve que ser substituída pelo Chefe de Divisão de Obras da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, o Sr. Eng.º José Paulo Monteiro Loureiro.-----

-----**José Manuel Carneiro Pereira:** Refere que esta já é a terceira vez que a Câmara Municipal tem que o alterar. Veio à Assembleia Municipal em abril, em junho, e vem agora em setembro. Termina, dizendo que alguma coisa se passa com este concurso.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Refere que não se passa nada. Quando pedem a renúncia, deve-se ao facto de que, por vezes, mudam de funções, ou porque se reformam, ou porque pedem licença sem vencimento, como aconteceu.-----

-----**Posto este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.**-----

Ponto 09 - Apreciação, nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.

-----Sobre este ponto, intervieram os Senhores:-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Refere-se ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões, que foi assinado no dia 31 de agosto, para dizer que, sem os mapeamentos, foram respeitados, entre os catorze municípios, a representatividade que cada um tem na CIM. Do mapeamento consta a Igreja da Ermida. No Pacto constam: a Eficiência Energética em Equipamentos em Edifícios Públicos, Saberes e Sabores (Gastronomia), Ação Social – Envelhecer com Saúde, Saúde sobre Rodas, Envelhecimento Ativo; Educação – Universidade Sénior de Castro Daire, Educação para Todos, Academia de Música Castrense, Escola Abrangente, Serviços de apoio pedagógico, Nutrição Saudável, EBI de Castro Daire. A este Pacto, não está adstrito, como viram, muita obra física.-----

-----**José Manuel Carneiro Pereira:** Refere que na comunicação escrita, não faz referência a obras a decorrer por empreitada. Pergunta ao Senhor Presidente se terá sido um lapso dos Serviços Municipais.-----

-----**Paulo Martins de Almeida:** Refere que o assunto que o Senhor Presidente transmitiu à Assembleia Municipal, é deveras importante, para que seja partilhada por toda a Assembleia. O Senhor Presidente falou em várias rubricas que, se as quiser transmitir a alguém, não o consegue fazer. Seguidamente, coloca duas questões: uma, relativamente à água da rede, a outra, em relação às Piscinas Municipais.-----

-----Em relação à água, faz a questão em duas vertentes. Na primeira, refere-se à qualidade da água. Na informação escrita, fala na implementação do controlo da qualidade da água. Pergunta como é que está a qualidade da água neste momento. A outra questão, ainda, referente à água, prende-se com a quantidade. Existiram diversos problemas em relação à quantidade da água. Foi um ano atípico, o verão começou mais cedo, e houve várias aldeias com problemas de falta de água. Pergunta quais foram as causas e o que foi feito para tentar resolver esse problema. No que tange às Piscinas Municipais, refere que o relatório só tem dados até agosto. Teve conhecimento que houve pessoas que se queixaram que queriam ir para as Piscinas e que não podiam, porque as mesmas estavam com problemas, pelo que gostava de saber que problema foi esse.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** No que respeita à questão colocada pelo Sr. José Manuel, refere que o mesmo tem razão, não consta nenhuma obra por empreitada, mas estão a decorrer obras por empreitada. Foi um lapso dos Serviços e de quem fornece os dados. Quanto ao Dr. Paulo Almeida, o Pacto é, de facto, muito importante. Em relação à água, no que respeita à qualidade, mensalmente, são feitas as análises. Quanto à quantidade, houve uma máquina, na Soalheira, que avariou em mês de agosto, e para a substituir teve que mandar vir uma nova. No que tange às Piscinas Municipais, elas estiveram abertas durante o mês de agosto, tendo, durante esse período, uma pequena intervenção. Ao repararem uma avaria, viram que havia lá uma muito maior. A água do tanque maior ia para o tanque menor, o que não podia acontecer, e teve que ser reparado.-----

-----**Sónia Marisa Oliveira Miguel Ferreira:** Refere que em relação à povoação da Molta, a população fartou-se de avisar a Câmara que a água andava rebentada. Os Bombeiros e o autotanque da Câmara iam lá levar a água. Passado meio-dia, estavam outra vez sem água, porque ela andava rebentada e ninguém fazia nada. Tivemos que se impor para arranjar a avaria. Na semana passada, voltou a rebentar junto à casa do Sr. Horácio. Tornaram a avisar, dirigiram-se aos Serviços Municipais, fizeram por escrito, e continuou, durante muito tempo, rebentada, encontrando-se, por agora, solucionado o problema.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Refere que desconhecia essa situação. Por norma, as pessoas ligam para a Câmara ou diretamente para ele, e as fugas são imediatamente compostas.-----

-----**Paulo Martins de Almeida:** Pergunta ao Senhor Presidente se vai enviar, ou não, a informação, porque o envio do pacto é necessário para saberem as linhas de orientação que já existem.-----

Presidente da Câmara Municipal: Refere que vai enviar a respetiva documentação sobre o Pacto.--

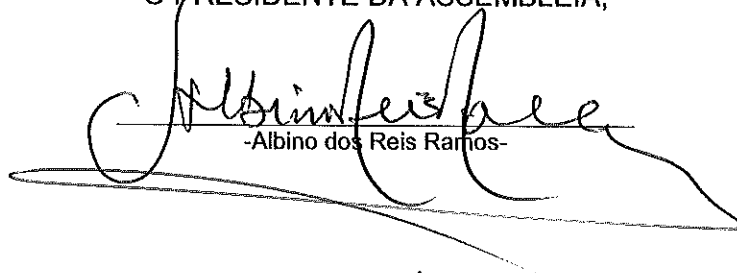
Ponto 10 - Aprovação, nos termos do número 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da ata em minuta, para produção de efeitos do disposto no número 4, do já mencionado artigo 57.º do mesmo diploma legal supramencionado.-----

-----***Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.***-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. Albino dos Reis Ramos, deu por encerrada a sessão, eram doze horas e cinquenta minutos, da qual

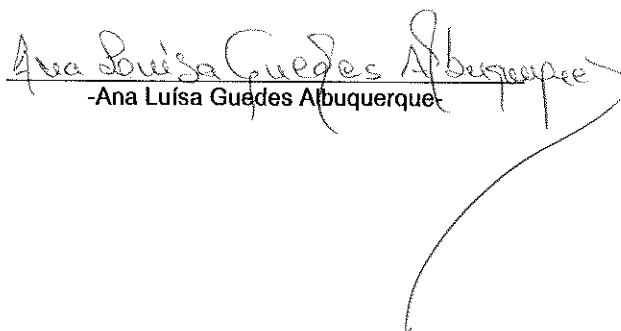
para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Luísa Guedes de Albuquerque, Assistente Técnica, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



-Albino dos Reis Ramos-

A SECRETÁRIA,



-Ana Luísa Guedes Albuquerque-